

Wladimir Novaes Martínez

PRINCÍPIOS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

7ª Edição

LT[®]R



LTr Editora Ltda.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
 CEP 01224-003
 São Paulo, SP — Brasil
 Fone (11) 2167-1101
 www.ltr.com.br
 Julho, 2022

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX
 Projeto de capa: DANILO REBELLO
 Impressão: Edições Loyola

Versão impressa — LTr 6371,5 — ISBN 978-65-5883-162-4
 Versão digital — LTr 9855,8 — ISBN 978-65-5883-163-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martinez, Wladimir Novaes
 Princípios de direito previdenciário / Wladimir
 Novaes Martinez. — 7. ed. — São Paulo : LTr, 2022.

Bibliografia.
 ISBN 978-65-5883-162-4

1. Direito previdenciário 2. Direito previdenciário —
 Brasil I. Título.

22-115423

CDU-34:364.3(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito previdenciário 34:364.3(81)

Cibele Maria Dias — Bibliotecária — CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	39
Capítulo I – PRELIMINARES	41
11. Introdução.....	41
12. Terminologia	46
13. Características	47
13.1. Título	47
13.2. Generalidade.....	48
13.3. Ideia-síntese	49
13.4. Aplicabilidade.....	49
13.5. Vitalicidade.....	49
13.6. Individualidade.....	50
13.7. Supletividade.....	50
13.8. Juridicidade	51
13.9. Limites	51
13.10. Confronto de limites	52
14. Fundamento e importância.....	52
15. Aplicação e papel	54
16. Funções.....	57
17. Classificação	58
18. Doutrina brasileira	59
18.1. Albino Pereira da Rosa	60
18.2. Armando de Oliveira Assis.....	60
18.3. Fides Angélica Ommati.....	62

18.4. José dos Reis Feijó Coimbra.....	62
18.5. Marly Antonieta Cardone.....	63
18.6. Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira	64
18.7. Mozart Victor Russomano.....	64
18.8. Octavio Bueno Magano.....	66
18.9. Tupinambá M. Castro do Nascimento	67
18.10. Sérgio Pinto Martins.....	69
19. Doutrina estrangeira.....	69
19.1. Augusto Venturi.....	69
19.2. Carlos Martí Bufill.....	71
19.3. Carmelo Mesa-Lago	71
19.4. Javier Hünicken	71
19.5. José Manuel Almansa Pastor	71
19.6. Germán Prieto Escudero.....	73
19.7. Mário L. Deveali	75
19.8. Patricio Novoa Fuenzalida	75
19.9. Princípios do VI Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social.....	76
19.10. Princípios do Mercosul.....	78
20. Conceito.....	79
Capítulo II – PRINCÍPIO FUNDAMENTAL: SOLIDARIEDADE SOCIAL	81
21. Introdução.....	81
22. Significado.....	81
23. Origem.....	82
24. Limites.....	83
25. Tipos	84
26. Classificação	85
27. Aplicação.....	86
28. Funções.....	86

29. Fundamentos.....	87
29.1. Noções de proteção pessoal.....	87
29.2. Noções de proteção familiar.....	87
29.3. Noções de assistência pública.....	88
29.4. Noções de assistência religiosa.....	88
29.5. Noções de seguro privado.....	89
29.6. Noções de mutualismo.....	89
29.7. Noções de seguro social.....	90
29.8. Noções de assistência social.....	92
29.9. Noções de ações de saúde.....	93
29.10. Noções de seguridade social.....	94
30. Conceito.....	94
Capítulo III — PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.....	96
31. Introdução.....	96
32. Postulado fundamental.....	96
33. Seguridade social.....	97
34. Aplicação previdenciária.....	97
35. Interpretação do princípio.....	99
36. Transparência administrativa.....	99
37. Acesso à justiça.....	99
38. União homoafetiva.....	99
39. Estatuto do idoso.....	100
40. Direito adquirido.....	100
Capítulo IV — PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	101
41. Introdução da matéria.....	101
42. Conceito mínimo.....	102
43. Significado lógico.....	103
44. Causa e surgimento.....	104

45. Classificação didática	104
46. Natureza e substância	105
47. Alcance e abrangência.....	105
48. Objetivo técnico.....	105
49. Consequências jurídicas.....	106
50. Aplicação prática	106
Capítulo V – PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO	108
51. Pressuposto de vedação	108
52. Momento da aplicação	109
53. Lei válida	109
55. Suspensão temporária	110
56. Poder da Constituição.....	110
57. Independência da Previdência Social.....	110
58. Definição constitucional.....	111
59. Segurança jurídica	111
59. Universalidade do princípio.....	112
60. Conclusões	113
Capítulo VI – PRINCÍPIOS BÁSICOS	114
61. Introdução.....	114
62. Princípio da proteção.....	115
63. Princípio da obrigatoriedade	117
64. Princípio da facultatividade	119
65. Princípio da universalidade.....	121
66. Princípio da continuidade.....	122
66.1. Continuidade da filiação.....	123
66.2. Continuidade da contribuição	123
66.3. Continuidade da prestação.....	124

67. Princípio da essencialidade.....	125
68. Princípio da unidade.....	127
69. Princípio da supletividade.....	128
70. Princípio das desigualdades sociais.....	129
Capítulo VII — PRINCÍPIOS TÉCNICOS	132
71. Introdução.....	132
72. Princípios de filiação.....	132
72.1. Automaticidade da filiação.....	133
72.2. Unicidade da filiação.....	136
72.3. Caducidade dos direitos da qualidade de segurado.....	138
72.4. Extinção da filiação.....	141
73. Princípios da inscrição.....	142
74. Princípios do custeio.....	144
74.1. Capacidade contributiva.....	145
74.2. Obrigatoriedade da contribuição.....	145
74.2.1. Contribuição mínima.....	146
74.3. Boa-fé do contribuinte.....	147
74.4. Solidariedade fiscal.....	148
74.5. Responsabilidade pessoal.....	151
74.6. Autonomia da vontade no salário-base.....	152
74.7. Precedência do custeio.....	154
74.8. Trimestralidade nonagesimal.....	156
74.9. Equidade no custeio.....	157
74.10. Diversidade do financiamento.....	158
75. Princípios das prestações.....	158
75.1. Automaticidade da prestação.....	159
75.2. Proteção ao benefício.....	160
75.2.1. Definitividade das mensalidades.....	161
75.2.2. Continuidade dos pagamentos.....	162

75.2.3. Irrenunciabilidade do direito	163
75.2.4. Indisponibilidade da pensão por morte.....	164
75.2.5. Intransferibilidade da titularidade	164
75.2.6. Inalienabilidade	165
75.2.7. Impenhorabilidade.....	165
75.2.8. Reajustamento do valor	165
75.2.9. Desnecessidade do afastamento do trabalho.....	167
75.2.10. Montante mínimo	168
75.3. Autonomia da vontade	169
75.4. Correlatividade da prestação em relação à contribuição	171
75.5. Independência da situação do beneficiário	172
75.5.1. A eticidade na legislação acidentária	175
75.6. Imprescritibilidade do direito	176
75.7. Unicidade	178
75.8. Irredutibilidade do valor	179
75.9. Seletividade.....	180
75.10. Distributividade	181
76. Princípios gerais de direito	181
77. Princípios diversos.....	183
77.1. Conhecimento da lei	184
77.2. Individualidade.....	185
77.3. Territorialidade.....	186
78. Princípio da subsidiariedade da legislação	187
79. Princípio das desigualdades	188
80. Princípio da equivalência urbano-rural.....	189
Capítulo VIII – PRINCÍPIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	191
81. Princípio da facultatividade.....	192
82. Princípio da subsidiariedade da prestação	193

83. Princípio da complementaridade do benefício.....	193
84. Princípio da universalidade.....	194
85. Princípio da solidariedade dos participantes.....	194
86. Princípio da irredutibilidade da complementação.....	194
87. Princípio da independência das pessoas jurídicas.....	194
88. Princípio da gestão colegiada.....	195
89. Princípio da submissão ao direito privado.....	195
90. Princípio da transparência.....	196
Capítulo IX — PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.....	198
91. Introdução.....	198
92. Princípio da legalidade administrativa.....	199
93. Princípio da moralidade administrativa.....	200
94. Princípio da finalidade administrativa.....	200
95. Princípio da imediatidade administrativa.....	202
96. Princípio da capacidade administrativa.....	202
97. Princípio da publicidade administrativa.....	203
98. Princípio da racionalidade administrativa.....	204
99. Princípio da gestão democrática.....	205
100. Princípios gerais do serviço público.....	205
Capítulo X — PRINCÍPIOS ASSISTENCIÁRIOS.....	207
101. Introdução.....	207
102. Princípio da necessidade.....	210
103. Princípio da incapacidade contributiva.....	211
104. Princípio da disponibilidade de recursos.....	211
105. Princípio da desproporção entre necessidade e proteção.....	212
106. Princípio do custeio indireto.....	213
107. Princípio da facultatividade.....	213
108. Princípio do informalismo procedimental.....	214

109. Princípio da igualdade dos beneficiários.....	214
110. Princípio do direito às prestações assistenciais	215
Capítulo XI — PRINCÍPIOS DAS AÇÕES DE SAÚDE	216
111. Princípio do acesso aos serviços de saúde.....	217
112. Princípio da integralidade da prestação.....	217
113. Princípio da autonomia da pessoa.....	218
114. Princípio da igualdade no atendimento.....	218
115. Princípio do direito à informação	219
116. Princípio do uso da epidemiologia	219
117. Princípio da participação da comunidade.....	220
118. Princípio da descentralização administrativa.....	220
119. Princípio da interação de outras políticas	221
120. Princípio da conjugação dos entes políticos	221
Capítulo XII — PRINCÍPIOS DA INFORTUNÍSTICA	222
121. Introdução.....	222
122. Princípio da obrigatoriedade do SAT	224
123. Princípio do monopólio estatal.....	225
124. Princípio da competência da Justiça Comum.....	226
125. Princípio da subsidiariedade da legislação previdenciária.....	227
126. Princípio do acesso ao Poder Judiciário	227
127. Princípio da correspondência entre dano e indenização	228
128. Princípio do nexa causal entre labor e acidente	229
129. Princípio da celeridade do processo	229
130. Princípios do processo acidentário	230
Capítulo XIII — PRINCÍPIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO	231
131. Introdução.....	231
132. Princípio da solidariedade internacional	232

133. Princípio da reciprocidade.....	233
134. Princípio da igualdade de tratamento	234
135. Princípio da conservação dos benefícios em vias de aquisição	235
136. Princípio da preservação dos direitos adquiridos	235
137. Princípio do pagamento das prestações no exterior	236
138. Princípio da equivalência dos gestores	236
139. Princípio da livre circulação dos trabalhadores	237
140. Princípio da adaptação das legislações nacionais.....	237
Capítulo XIV — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	239
141. Introdução.....	239
142. Princípio da liberdade	240
143. Princípio da igualdade.....	241
144. Princípio da legalidade.....	244
145. Princípio da competência.....	245
146. Princípio do solidarismo social.....	247
147. Princípio da divisão do financiamento	247
148. Princípio da relação entre custeio e prestações	249
149. Princípio da integração econômica da América Latina.....	251
150. Princípio do direito adquirido	251
Capítulo XV — PRINCÍPIOS DE OUTRAS CIÊNCIAS JURÍDICAS	256
151. Introdução.....	256
152. Princípios de Direito Social	256
153. Princípios de Direito Público e Privado.....	257
154. Princípios de Direito Sindical	258
155. Princípios de Direito Agrário	259
156. Princípios de Direito Tributário	261
157. Princípios de Direito do Trabalho	263
157.1. Proteção trabalhista	264

157.2. Irrenunciabilidade dos direitos	264
157.3. Continuidade da relação laboral	264
157.4. Primazia da realidade	264
157.5. Razoabilidade.....	265
157.6. Boa-fé	266
158. Princípios de Direito Processual.....	266
158.1. Princípio da economia processual.....	267
158.2. Princípio do contraditório	268
159. Princípios de Direito Penal.....	269
160. Princípios de Direito Internacional.....	269
Capítulo XVI — PRINCÍPIOS DE DIREITO PROCEDIMENTAL	271
161. Introdução.....	271
162. Princípio da iniciativa administrativa.....	272
163. Princípio da simplicidade.....	273
164. Princípio da gratuidade.....	274
165. Princípio da celeridade.....	275
166. Princípio da supletividade do CPC	276
167. Princípio da reformatio in pejus	277
168. Princípio da dependência da ação judiciária.....	278
169. Princípio do recurso obrigatório.....	279
170. Princípios do processo administrativo.....	279
Capítulo XVII — PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS	282
171. Introdução.....	282
172. Princípio do in dubio pro misero	283
173. Princípio do in dubio pro societate.....	292
174. Princípio da norma mais favorável	294
175. Princípio da irretroatividade da lei.....	298
176. Princípio da interpretação extensiva.....	300

177. Princípio da interpretação restritiva	301
178. Princípio do sentido social da lei	302
170. Princípio da equidade	302
180. Princípio da retroeficácia benéfica.....	303
Capítulo XVIII — OUTROS INSTITUTOS JURÍDICOS	304
181. Introdução.....	304
182. Regras técnicas.....	305
182.1. Antecipação da contribuição.....	305
182.2. Correlação entre salário de contribuição e salário de benefício.....	306
182.3. Comunicabilidade dos regimes	307
182.4. Manifestação da vontade.....	308
182.5. Ingresso do incapaz	308
182.6. Impressão digital	309
182.7. Obrigatoriedade dos exames médicos	309
182.8. Automaticidade de transformação dos benefícios	310
182.9. Inacumulabilidade das prestações	310
182.10. Verificação das procurações	312
183. Técnicas consagradas	312
183.1. Manutenção da qualidade de segurado	313
183.2. Período de carência.....	313
183.3. Pluriatividade no custeio.....	314
183.4. Cálculo da pluriatividade nas prestações.....	315
183.5. Rateio da pensão	316
183.6. Concorrência entre dependentes.....	317
183.7. Cálculo da renda inicial.....	317
183.8. Justificação administrativa	320
183.9. Aferição na construção civil.....	321
183.10. Transformação dos benefícios	322

184. Presunções válidas	322
184.1. Presunção do trabalho	323
184.2. Presunção da morte	323
184.3. Presunção do trabalho do sócio-gerente.....	324
184.4. Presunção da dependência econômica	324
184.5. Presunção do desconto e do recolhimento	325
184.6. Presunção da designação	326
184.7. Presunção do salário-base	327
184.8. Presunção da pensão alimentícia.....	327
184.9. Presunção da incapacidade	328
184.10. Presunção da inscrição	328
185. Máximas	329
185.1. <i>Acessorium sequitur suum principale</i>	329
185.2. <i>In eo quot plus est semper inest et minus</i>	330
185.3. <i>Dormientibus non succurrit jus</i>	331
185.4. <i>Affirmanti incumbit probatio</i>	331
185.5. <i>Error calculi non facit jus</i>	332
185.6. <i>In claris cessat interpretatio</i>	333
185.7. <i>Ubi lex non distinguit nec interpres distinguere debet</i>	334
185.8. <i>Nihil innovare appellatione interposita</i>	335
185.9. <i>Cum lex praeteritum quid indulget, in futurum vetat</i>	335
185.10. <i>Dies a quo non computatur</i>	335
186. Natureza da prestação	336
186.1. Substituidora dos ingressos	337
186.2. Reparadora dos riscos sociais	338
186.3. Direito exigível.....	338
186.4. Mantenedora do status social	339
186.5. Libertadora e valorizadora do homem.....	339
186.6. Caráter alimentar	339
186.7. Distribuidora de renda.....	340

186.8. Incentivadora do consumo	340
186.9. <i>Intuitu personae</i>	341
186.10. Natureza pecuniária	341
187. Razões previdenciárias	342
188. Tendências	344
188.1. Tributarização dos recursos	346
188.2. Não prevalência da contribuição e relevância do fato	347
188.3. Universalização dos regimes e dos beneficiários	349
188.4. Novas medidas do fato gerador	350
188.5. Alargamento do salário de contribuição	351
188.6. Revisão do Plano de Benefícios.....	352
188.7. Internacionalização do seguro social	354
188.8. Integração do SAT	355
188.9. Indispensabilidade da assistência médica.....	355
188.10. Desestatização da técnica protetiva.....	356
189. Especificidade da previdência social	357
190. Direito Previdenciário e previdência social	358
Capítulo XIX – DISTINÇÕES TEÓRICAS	359
191. Técnicas de proteção social	359
191.1. Seguro e seguridade social.....	360
191.2. Previdência e assistência social	360
191.3. Seguro mútuo e privado.....	361
191.4. Técnicas sociais e pessoais.....	361
191.5. Universalidade horizontal e vertical	361
191.6. Previdência estatal e particular	362
191.7. Estatização e privatização.....	364
191.8. Sistema e regime	364
191.9. Regime geral e especial.....	365
191.10. Assistência total e seguridade social	365

192. Direito em geral	366
192.1. Expectativa de direito, e direito adquirido.....	366
192.2. Situação de fato e de direito	368
192.3. Vigência e eficácia.....	368
192.4. Efeito <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i>	369
192.5. Princípio e norma dispositiva	370
192.6. Lei ordinária e lei delegada.....	371
192.8. Direito substantivo e adjetivo	372
192.9. Direito subjetivo e potestativo	373
192.10. Restauração e efeito repristinatório	373
193. Distinções lógicas.....	374
193.1. Atividade econômica e lucrativa	374
193.2. Capacidade física e jurídica.....	375
193.3. Principal e acessório	376
193.4. Aposentação e aposentadoria.....	377
193.5. Uso e costume	377
193.6. Essência real e natureza jurídica	378
193.7. Aumento e reajustamento	378
193.8. Obrigação e dever.....	379
193.9. Aposentação e desaposentação	379
193.10. Produção e produtividade	380
194. Sujeitos da obrigação fiscal.....	381
194.1. Empresa e estabelecimento.....	381
194.2. Empresa controladora e coligada	382
194.3. Empresa de direito e de fato	382
194.4. Atividade-meio e atividade-fim.....	383
194.5. Fornecedor e tomador de mão de obra.....	384
194.6. Preponderância ou não de segurados	384
194.7. Prédio rústico e edifício	385

194.8. Condomínio vertical e horizontal	385
194.9. Missão diplomática e escritório estrangeiro	386
194.10. Ordem ou congregação	386
195. Direito do Trabalho.....	387
195.1. Contrato de trabalho e de emprego	387
195.2. Contrato de experiência e de aprendizagem	388
195.3. Trabalho sazonal e intermitente	389
195.4. Contrato tácito e expresso	389
195.5. Local de trabalho e canteiro de obras.....	390
195.6. Subordinação e independência.....	391
195.7. Foro do contrato e local do serviço	391
195.8. Convenção e acordo coletivo	392
195.9. Contrato de temporário e de avulso	393
195.10. Prestações empresariais e previdenciárias	393
196. Relação de previdência social.....	395
196.1. Filiação e inscrição	395
196.2. Segurado e dependente.....	396
196.3. Segurados obrigatórios e facultativos.....	396
196.4. Base material e automaticidade da filiação.....	397
196.5. Inscrição e designação	398
196.6. Inscrição prévia e post-mortem.....	398
196.7. Vinculação e matrícula	398
196.8. Qualidade de segurado	399
196.9. Início da atividade e da relação	400
196.10. Regularidade do exercício profissional	400
197. Direito Previdenciário Procedimental	400
197.1. Impugnação e recurso voluntário	401
197.2. Depósito recursal	402
197.3. Recurso voluntário e obrigatório	402

197.4. Procedência e subsistência	403
197.5. Juízo de admissibilidade e de mérito	404
197.6. Efeito devolutivo e suspensivo	405
197.7. Recurso escrito e sustentação oral	405
197.8. Revisão de Ofício e Pedido de Uniformização	405
197.9. Distribuição por identidade ou conexão	406
197.10. Coisa julgada judicial e administrativa	406
198. Direito fiscal	407
198.1. Tributo e contribuição	407
198.2. Multa automática e fiscal	408
198.3. Auto de Infração e Notificação de Lançamento	409
198.4. Fato gerador e base de cálculo	410
198.5. Pessoa física e jurídica	410
198.6. Pagamento e depósito	410
198.7. Obrigação original e corresponsabilidade	411
198.8. Obrigações principais e acessórias	412
198.9. Anistia e isenção	412
198.10. Imunidade e não incidência	413
199. Previdência supletiva	414
199.1. Previdência aberta e fechada	415
199.2. Patrocínio único ou plúrimo	416
199.3. Suplementação e complementação	417
199.4. Patrocinadora e patrocinada	417
199.5. Regime de capitalização e de repartição	418
199.6. Contribuição única e compartilhada	419
199.7. Contribuição ou benefício definido	420
199.8. Rendas e pecúlios	420
199.9. Institutos técnicos	421
199.10. Intervenção e liquidação	428

200. Órgãos públicos.....	429
200.1. Administração direta e indireta	430
200.2. Soberania e autonomia	431
200.3. Prefeitura Municipal e Câmara Municipal	431
200.4. Autuação de órgão público	432
200.5. Interdição e intervenção.....	432
200.6. Empresa pública e sociedade de economia mista	434
200.7. Regime próprio e regime geral	435
200.8. Contagem recíproca	435
200.9. Regime celetista e estatutário	436
200.10. Eventuais e temporários	436
Capítulo XX — QUESTÕES PRÁTICAS	437
201. Fato gerador.....	437
201.1. Descontável e descontado.....	437
201.2. Bruto ou líquido	438
201.3. Pagamento ou crédito.....	439
201.4. Regularidade e inadimplência.....	440
201.5. Autolanzamento e lanzamento por declaração	440
201.6. Contribuinte coletivo e individual.....	441
201.7. Aferição direta e indireta.....	442
201.8. Concomitância e simultaneidade.....	443
201.9. Pagamento com e sem exame de mérito	443
201.10. Ocorrência ou aperfeiçoamento	444
202. Aspectos gerais da contribuição	445
202.1. Base de cálculo e salário de contribuição.....	445
202.2. Contribuição mínima e máxima	446
202.3. Aporte mensal e anual	447
202.4. Mês de competência e de pagamento	447
202.5. Mês exigível e não exigível	448

202.6. Restituição e devolução.....	448
202.7. Parcelamento de direito e de fato	449
202.8. Pagamento em dinheiro e dação em pagamento	449
202.9. Momento do aperfeiçoamento do fato gerador.....	450
202.10. Decadência e prescrição.....	450
203. Benefícios.....	451
203.1. Pagamento único e continuado.....	452
203.2. Vontade do segurado	452
203.3. Natureza da causa determinante.....	453
203.4. Salário de benefício e renda inicial	454
203.5. Carência e período básico de cálculo.....	455
203.6. Duração das mensalidades	456
203.7. Aposentadoria proporcional e integral	456
203.8. Substituidores e reparadores	457
203.9. Risco programado ou imprevisível	458
203.10. Tempo de serviço e de contribuição	458
204. Servidor civil	459
204.1. Servidor ou funcionário	460
204.2. Provimento e investidura	460
204.3. Posse e exercício	461
204.4. Cargo e emprego	461
204.5. Interinidade e estabilidade	462
204.6. Vencimento e remuneração	462
204.7. Requisição com ou sem ônus	463
204.8. Disponibilidade e aposentadoria.....	463
204.9. Demissão e exoneração.....	464
204.10. Proventos do aposentado e retribuição do ativo.....	464
205. Construção civil	465
205.1. Conceito mínimo.....	466

205.2. Tipos de serviços.....	466
205.3. Proprietário e dono da obra	467
205.4. Principal e edícula.....	468
205.5. Responsabilidade direta e solidariedade	469
205.6. Folha de pagamento ou área construída.....	469
205.7. Custo total e da mão de obra	470
205.8. Retenção e ação regressiva	470
205.9. Apresentação deficiente, não apresentação e sonegação de documentos.....	471
205.10. Mutirão e ausência de mão de obra.....	472
206. Disposições penais.....	472
206.1. Obrigações principais e acessórias.....	473
206.2. Ato comissivo e omissivo.....	473
206.3. Circunstâncias agravantes e atenuantes da multa	474
206.4. Tentativa e consumação.....	475
206.5. Dolo e culpa.....	476
206.6. Crime único e continuado	476
206.7. Inadimplência e estar em débito	477
206.8. Distribuir dividendos ou participar nos lucros.....	478
206.9. Objeto material e formal	478
206.10. Falsidade material e ideológica.....	479
207. Tipos de segurados.....	480
207.1. Trabalhador <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>	481
207.2. Empresário e empregador	481
207.3. Sócio-gerente ou cotista.....	482
207.4. Avulso e eventual.....	482
207.5. Autônomo e titular de firma individual.....	482
207.6. Urbano e rural.....	484
207.7. Diretor-empregado e não empregado	484
207.8. Eclesiástico e religioso	485

207.9. Empregado e temporário	486
207.10. Pessoa em experiência e em aprendizagem	487
208. Pensão por morte e auxílio-reclusão	487
208.1. Designação e inscrição	488
208.2. Direito patrimonial ou contributivo	488
208.3. Concorrência e pretensão incondicional	489
208.4. Esposa e companheira.....	489
208.5. Pensão alimentícia e previdenciária	490
208.6. Dependência total ou parcial	491
208.7. Desaparecimento ou ausência.....	492
208.8. Rateio e divisão	493
208.9. Dependente privilegiado e não privilegiado.....	493
208.10. Qualidade de segurado e de dependente	494
209. Base de cálculo da contribuição	494
209.1. Remuneração e salário	495
209.2. Indenização e ressarcimento	496
209.3. Pelo trabalho e para o trabalho	497
209.4. Salário em dinheiro e <i>in natura</i>	498
209.5. Remuneração e verba de representação.....	499
209.6. Férias fruídas e indenizadas.....	499
209.7. Gratificação ou prêmio.....	500
209.8. Diárias para viagem e ajuda de custo	501
209.9. Ajuda por transferência provisória ou definitiva.....	501
209.10. Participação nos lucros ou resultados	502
210. Previdência rural	502
210.1. Previdência urbana e rural	503
210.2. Atividade citadina e rústica	503
210.3. Titular de firma individual e segurado especial.....	504
210.4. Produtor pessoa física e jurídica	504

210.5. Produto rural e não rural.....	505
210.6. Contribuinte de fato e de direito.....	506
210.7. Contribuição pessoal e patronal.....	507
210.8. Indústria rural e caseira.....	507
210.9. Agroindústria e agrocomércio.....	509
210.10. Trabalhador urbano e rural.....	509
Capítulo XXI — FATOR PREVIDENCIÁRIO.....	512
211. Fontes formais.....	512
212. Período básico de cálculo.....	513
213. Conceito mínimo.....	515
214. Fórmula matemática.....	516
215. Consequências mediatas.....	517
216. Resultados desejados pelo MTP.....	517
217. Perdas e ganhos.....	517
218. Exemplos do cálculo.....	519
219. Implantação gradual.....	520
220. Constitucionalidade da Lei n. 9.876/99.....	521
Capítulo XXII — DANO MORAL.....	523
221. Noção mínima.....	523
222. Conceito doutrinário.....	524
223. Conceito legal.....	526
224. Falso dano.....	528
225. Danos irreparáveis.....	530
226. Prejuízos inerentes.....	530
227. Autoria e responsabilidade.....	533
228. Pessoas jurídicas.....	534
229. Dano médico.....	535
230. Causas excludentes.....	535

Capítulo XXIII – CONTAGEM RECÍPROCA.....	538
231. Fontes formais.....	538
232. Regimes envolvidos	538
233. Tempos computados	538
234. Tempo insalubre	539
235. Compensação financeira.....	539
236. Reciprocidade de tratamento.....	539
237. Documento oficial	540
238. Possibilidade de desaposentação	540
239. Propósito do cômputo	540
240. Devedor da obrigação	540
Capítulo XXIV – REGIME ESPECIAL	541
241. Natureza jurídica	541
242. Clientela protegida	541
243. Alcance pecuniário	542
244. Ingresso facultativo	542
245. Técnica da filiação	542
246. Período de carência	542
247. Evento determinante	542
248. Renda mensal	542
249. Ingresso no RGPS	543
250. Plano de benefícios.....	543
Capítulo XXV __ PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR.....	544
251. Introdução.....	544
252. Regime próprio.....	544
253. Conceito de servidor.....	544
254. Normas de superdireito	544
255. Limite de valor	545

256. Cálculo dos proventos	545
257. Fórmula 95	545
258. Contribuição dos inativos.....	545
259. Prestações previstas	546
260. Complementação pública	546
Capítulo XXVI – FLEXIBILIZAÇÃO DO SAT	547
261. Introdução.....	547
262. Conceito de flexibilização.....	547
263. Âmbito da accidentalidade.....	547
264. Período básico de cálculo.....	548
265. Cálculo do FAP	548
266. Custo da frequência	548
267. Custo da gravidade.....	549
268. Custo das prestações.....	549
269. Segmento econômico	549
270. Contestação empresarial ..	549
Capítulo XXVII – NEXO EPIDEMIOLÓGICO.....	550
271. Conceito doutrinário.....	550
272. Fontes formais.....	550
273. Nexo causal.....	550
274. Acidente do trabalho.....	550
275. Doenças ocupacionais.....	551
276. Moléstias não ocupacionais	551
277. Perícia médica.....	551
278. Consequências jurídicas	551
279. Contraprova patronal	552
280. Deontologia jurídica.....	552

Capítulo XXVIII — DESTINO DO SUPERÁVIT	554
281. Reserva de contingência	555
282. Reserva especial.....	555
283. Redução das contribuições	555
284. Tipo do plano	555
285. Equilíbrio financeiro	556
286. Plano deficitário.....	556
287. Soluções aconselhadas	556
288. Vontade do legislador.....	557
289. Direito procedimental	557
290. Gestão dos planos	558
Capítulo XXIX — RETIRADA DE PATROCINADORA	559
291. Concepção técnica.....	559
292. Natureza jurídica	560
293. Sujeitos da relação.....	560
294. Características básicas.....	560
295. Distinções necessárias	561
296. Pressupostos operacionais	562
297. Caminhos alvitados.....	562
298. Definição dos compromissos.....	563
299. Consequências práticas.....	563
300. Aspectos jurídicos	563
Capítulo XXX — MEIOS DE PROVA	564
301. Conceito doutrinário.....	564
302. Hierarquia das provas	564
303. Modalidades válidas	565
304. Classificação didática	565
305. Características básicas.....	566

306. Tipos de demonstrações	567
307. Natureza jurídica	568
308. Regras interpretativas	568
309. Presunções acolhidas.....	568
310. Recomendações finais	569
Capítulo XXXI – DESAPOSENTAÇÃO	570
311. Introdução do tema.....	570
312. Conceito elementar	570
313. Direito à renúncia	571
314. Objetivo do requerente.....	571
315. Pressupostos lógicos	571
316. Características básicas.....	572
317. Modalidades adotadas.....	572
318. Prestações renunciáveis	572
319. Consequências institucionais.....	573
320. Doutrina e jurisprudência	573
Capítulo XXXII – UNIÃO HOMOAFETIVA	574
321. Ação Civil Pública.....	574
322. Idealização constitucional	574
323. Conceito mínimo	574
324. Características básicas.....	576
325. Direitos dos conviventes	577
326. Dependência econômica	577
327. Pensão por morte	578
328. Auxílio-reclusão.....	578
329. Provas da união	578
330. Relações instáveis	579

Capítulo XXXIII – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS	580
331. Introdução do tema.....	580
332. Conceito de PLR	580
333. Idealização doutrinária.....	581
334. Disciplina constitucional	581
335. Incidência de contribuição	582
336. Requisitos básicos.....	583
337. Exigências legais.....	584
338. Aspectos formais.....	585
339. Representação sindical	586
340. Distinção do bônus	587
Capítulo XXXIV – DIREITO DOS IDOSOS	589
341. Escopo fundamental.....	590
342. Delimitação da clientela.....	590
343. Pretensão do cidadão	590
344. Defesa civil e moral.....	590
345. Prestação alimentar	591
346. Previdência social.....	591
347. Assistência social	591
348. Direito à saúde	591
349. Assistência judiciária	591
350. Crimes em espécie.....	591
Capítulo XXXV – SÚMULA VINCULANTE STF N. 4	592
351. Preceito dispositivo.....	592
352. Motivação doutrinária	592
353. Casos previstos.....	593
354. Conceito de salário mínimo	593
355. Indexador adequado.....	593

356. Significado da "vantagem"	594
357. Destinatários da norma.....	594
358. Renda mínima	594
359. Substituição judicial	595
360. Mínimo previdenciário	595
Capítulo XXXVI – DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO	596
361. Introdução do tema.....	596
362. Distinções imprescindíveis	597
363. Posição da LOPS	598
364. Súmula Vinculante.....	598
365. Pensamento doutrinário	599
366. Consequência dos cinco anos	600
367. Distinção constitucional	600
368. Justiça do Trabalho.....	601
369. Período fiscalmente exigível.....	602
370. Destino dos recursos.....	604
Capítulo XXXVII – AÇÃO REGRESSIVA	605
371. Postulação civilista	605
372. Natureza do montante	606
373. Polos da relação	607
374. Responsabilidade e corresponsabilidade	608
375. Culpa estrita	610
376. Prazo da decadência.....	612
377. Constitucionalidade da exigibilidade	613
378. Constituição de capitais	616
379. Desconstituição da ação regressiva.....	616
380. Justiça competente.....	617

Capítulo XXXVIII — PESSOA COM DEFICIÊNCIA	619
381. Segurados com direito	619
382. Benefícios previstos	619
383. Distinções necessárias.....	620
384. Aposentadoria proporcional	620
385. Tipo de limitações.....	620
386. Conversão de tempo de serviço.....	621
387. Período de carência	621
388. Precedência do custeio	621
389. Volta ao trabalho.....	621
390. Remissão ao RGPS	621
Capítulo XXXIX — APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR	622
391. Fundamento legal.....	622
392. Mandado de Injunção.....	623
393. Regulamentações administrativas	623
394. Remissão ao art. 57 do PBPS	623
395. Documentos trabalhistas	624
396. Utilização de EPI	624
397. Níveis de tolerância.....	624
398. Conversão do tempo especial	624
399. Contagem recíproca	625
400. Súmula Vinculante STF n. 33	625
Capítulo XL — EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	626
401. Papel do MTP	626
402. Cartilhas oficiais.....	626
403. Ensino da matéria.....	627
404. Objetivo ministerial	627
405. Preparação para a aposentação	627

406. Proposições do EDUCOM.....	627
407. Ações próprias.....	628
408. Parcerias.....	629
409. Educação nas EFPC.....	629
410. Educação na doutrina.....	629
Capítulo XLI – PLANEJAMENTO DA APOSENTAÇÃO.....	630
411. Aposentadoria dos sonhos.....	630
412. Aposentadoria ideal.....	630
413. Necessidade do planejamento.....	631
414. Momento do afastamento.....	631
415. Escolha da renda.....	632
416. Fontes de manutenção.....	632
417. Custo do investimento.....	632
418. Revisões periódicas.....	633
419. Diversificação das aplicações.....	633
420. Ajuda de profissionais.....	633
Capítulo XLII – PERÍCIA MÉDICA.....	634
421. Auxílio por incapacidade temporária.....	634
422. Limbo previdenciário.....	634
423. Mérito da questão.....	635
424. Convênio com o INSS.....	637
425. Regras admissionais.....	638
426. Prontuário laboral.....	638
427. Monitoramento da solicitação.....	638
428. Colaboração com o trabalhador.....	638
429. Antecipação dos pagamentos.....	639
430. Médico assistente.....	639

Capítulo XLIII – DESONERAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	640
431. Retenção na cessão de mão de obra	640
432. Construção civil	641
433. Empreitada na cessão de mão de obra	642
434. Data do início da atividade	642
435. Matrícula CEI	643
436. Data-base da aplicação da lei	643
437. Ausência de matrícula.....	643
438. Custos não incluídos.....	644
439. Atividades excluídas.....	644
440. Enquadramento da preponderância.....	644
Capítulo XLIV – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	646
441. Introdução do tema.....	646
442. Conceito doutrinário.....	647
443. Características básicas.....	648
443.1. Especificidade.....	649
443.2. Pessoaalidade	649
443.3. Profissionalidade	649
443.4. Estabelecimento.....	649
443.5. Independência	649
443.6. Segurado da Previdência Social	649
443.7. Formalidade	650
443.8. Contributividade.....	650
443.9. Gratuidade da formalização	650
443.10. Temporalidade	650
444. Contribuição previdenciária.....	650
445. Prestações possíveis	650
445.1. Auxílio por incapacidade temporária	651

445.2. Benefício por incapacidade permanente	651
445.3. Auxílio-acidente	652
445.4. Aposentadoria por idade.....	652
445.5. Aposentadoria especial	652
445.6. Aposentadoria por tempo de contribuição	652
445.7. Aposentadoria da pessoa com deficiência	652
445.8. Aposentadoria do professor	652
445.9. Salário-maternidade	652
445.10. Aposentadoria programada	653
445.11. Outros benefícios	653
446. Contratação de um empregado	654
447. Relação com o Regime Geral.....	654
448. Principais direitos e obrigações formais	654
449. Legalização do MEI.....	655
450. Aspectos jurídicos	655
450.1. Constitucionalidade.....	655
450.2. Direito adquirido	656
450.3. Prescrição do direito.....	656
450.4. Competência jurisdicional.....	656
450.5. Regras de interpretação	656
450.6. Presunções sustentáveis	656
450.7. Analogia válida.....	657
450.8. Provas acolhidas.....	657
450.9. Remissão ao RGPS.....	657
450.10. Contagem recíproca	657
450.11. Pejotização.....	657
450.12. Norma mais favorável	657
450.13. Princípios aplicáveis <i>pro misero</i>	657
450.14. Direito sumular.....	657

450.15. Personalidade jurídica.....	658
450.16. Natureza do benefício	658
450.17. Penhora do benefício	658
Capítulo LXV — PREVIDÊNCIA SOCIAL DA DONA DE CASA	659
451. Fontes formais.....	659
452. Conceito elementar	659
453. Filiação facultativa	659
454. Características legais.....	660
455. Idade mínima	660
456. Período de carência	660
457. Conceito de baixa renda	660
458. Contribuição previdenciária.....	661
459. Prestações devidas	661
460. Aposentadoria por idade	661
Capítulo XLVI — TRANSPORTADOR AUTÔNOMO DE CARGA	662
461. Fontes formais.....	662
462. Conceito básico	662
463. Faturamento periódico	663
464. Tipos de veículo.....	664
465. Contribuição mensal.....	664
466. Prestações devidas.....	664
467. Complementação privada	665
468. Questões jurídicas.....	665
469. Cômputo da contribuição	665
470. Uso de terceiros.....	665
Capítulo XLVII — PERÍCIA MÉDICA BIOPSISSOCIAL	666
471. Fontes formais.....	666
472. Conceito básico	666

473. Natureza científica.....	667
474. Momento da constatação.....	668
475. Prestações envolvidas.....	668
476. Pressupostos lógicos.....	668
477. Características mínimas.....	670
477.1. Ônus da prova.....	670
477.2. Exame da perícia.....	670
477.3. Tipos de impedimentos.....	671
477.4. Responsabilidade pessoal.....	671
477.5. Intensidade.....	671
477.6. Propriedade.....	671
477.7. Requisitos legais.....	672
478. Problemas de nomenclatura.....	672
479. Impedimentos sociais.....	672
479.1. Óbice pessoal.....	673
479.2. Óbice grupal.....	674
479.3. Óbice social.....	674
480. Opiniões discordantes.....	674
REFERÊNCIAS.....	677